



AGROPOA. plano estratégico
de agricultura urbana
TCC 2018 // THAÍS ANDORFFY

Prof. Dr. Eugenia Aumond Kuhn

Prof. Dr. Geisa Zanini Rorato



Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho de Conclusão de Curso
THAÍS TEIXEIRA ANDORFFY
2018.2

ORIENTADORAS
Prof. Dr. Eugenia Aumond Kuhn
Prof. Dr. Geisa Zanini Rorato

ÍNDICE

1	TEMA	
	<i>Inquietação</i>	7
	<i>Introdução</i>	9
	<i>Objetivos Gerais e Específicos</i>	10
2	INVESTIGAÇÃO	
	<i>Problemática</i>	14
	<i>Fundamentos e Agentes da Agricultura Urbana</i>	14
	<i>Lei 116/2018</i>	16
	<i>Quadro Contemporâneo Cultural</i>	18
	<i>Estações Integradas</i>	20
	<i>Quadro Contemporâneo Cultural_Global</i>	22
	<i>“Cidades do futuro”</i>	24
3	ESTRATÉGIA	
	<i>Área de Intervenção</i>	28
	<i>Metodologia_Mapeamento Colaborativo</i>	30
	<i>Metodologia_Níveis de Desenvolvimento</i>	32
	<i>Agentes e Programa</i>	34
4	VISÕES	
	<i>Levantamento</i>	38
	<i>Condicionantes Legais</i>	43
	<i>Plano Diretor</i>	43
5	REFERÊNCIAS	44
6	ANEXOS	46

“(...)Hoje uma “Geração Jardim” vem criando raízes no meio de modernos bairros urbanos, e as pessoas não sentem nenhuma vergonha de mostrar suas unhas – pretas por causa da jardinagem – em público.”

MÜLLER, Christa

1. TEMA

introdução a temática de estudo e breve contextualização histórica



*óasis em meio a selva de concreto,
Horta das Corujas, São Paulo- SP*

No dia 7 de agosto de 2018, o poder executivo aprovou o projeto de lei nº 116 /2018 , que institui a *Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Rio Grande do Sul*. O projeto tem a finalidade de promover a produção sustentável de alimentos no meio urbano e periurbano, visando à segurança alimentar e nutricional, inclusão social e produtiva e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, sendo coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

A aprovação de projeto representa um reconhecimento e apoio do estado à sociedade civil envolvida com o tema há bastante tempo. Através dessa parceria entre estado e sociedade, será possível atingir novas dimensões de abrangência e qualidade do programa, além de incentivar a pesquisa e investigação sobre o tema.

É nesse cenário que desenvolvo meu estudo, onde a minha maior *inquietação* é: como abordar a agricultura urbana em bairros altamente urbanizados e densificados? E ainda, quais as suas principais características e objetivos nessas partes da cidade? Ainda que meu estudo se aplique em uma zona específica, uma visão sistemática do todo vai contemplar o estudo das variadas formas de agricultura urbana.



WOMEN! Farmers can't grow all your vegetables

BROODER POTATOES
 ONIONS FOR FEEDER FOR DAIRY COWS
 BRUSSELS SPROUTS
 BARLEY FOR BREAD
 CABBAGE
 WHEAT

You must grow your own. Farmers are growing more of the other essential crops—potatoes, corn for your bread, and food for the cows. It's up to you to provide the vegetables that are vital to your children's health—especially in winter. Grow all you can. If you don't, they may go short. Turn your garden over to vegetables. Get the older children to help you. If you haven't a garden ask your local council for an allotment. **DO IT NOW.**

DIG for Victory

For a healthy, happy job

Join the WOMEN'S LAND ARMY

Apply to nearest W.L.A. COUNTY OFFICE OR TO W.L.A. HEADQUARTERS 6 CHESSHAW PLACE LONDON S.W.1

Sow the seeds of Victory!
plant & raise your own vegetables

WRITE TO THE NATIONAL WAR GARDEN COMMISSION—WASHINGTON, D.C. for free booklets on planning, sowing & trying.

Every Garden a Munition Plant

DIG for Victory

GROW YOUR OWN VEGETABLES

YOUR VICTORY GARDEN counts more than ever!

"OF COURSE I CAN!"

I'm patriotic as can be— And ration points won't worry me!

GROW IT YOURSELF

PLAN A FARM GARDEN NOW

WAR RESEARCH BOARD, WASHINGTON, D. C. DIVISION OF AGRICULTURE

Uncle Sam says—

GARDEN

To Cut Food Costs

CITY FARM GARDENS

HELP CANADA and have fun, too!

Grow these "fighting foods" at home. It's a job we all can do; The fresher food will do you good And you'll help your country, too.

Start your VICTORY GARDEN Today!

HEALTH LEAGUE OF CANADA (INDUSTRIAL DIVISION) TORONTO

nos tempos de guerra, publicidades dos "victory gardens" incentivavam a população de diversos países como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Reino Unido, a plantar seu próprio alimento.

Essa pesquisa propõe um estudo sobre a implementação de um *plano estratégico de agricultura urbana* em uma zona urbana central de Porto Alegre. O projeto propõe um modelo alternativo na forma de ver, pensar e agir sobre a cidade, com *ações locais* que tem como objetivo contribuir para a sustentabilidade ambiental, econômica e sobretudo social. O *alimento* é o eixo central do estudo que envolve uma série de problemáticas que são alguns dos grandes desafios globais da atualidade.

Estima-se que em 2050, 80% da população mundial irá morar nas cidades. Imaginando esse cenário futuro nos moldes de produção atual, para suprir a necessidade alimentar da população seria necessário um território -inexistente- 20% maior que o Brasil. É nesse contexto que a agricultura urbana surge como uma forma *resiliente e sustentável* de pensar a relação entre o alimento e a cidade.

No hemisfério norte, durante o período das duas guerras mundiais, as hortas urbanas assumiram um papel importante na soberania alimentar através dos “*victory gardens*”, que eram amplamente estimulados pelos governos locais. Nas décadas de 1970 e 1980, também em países do hemisfério norte, surgiu um outro movimento de caráter ativista que ficou conhecido como “*guerrilla gardening*”, onde as pessoas ocupavam espaços públicos para plantar, com o objetivo de manifestar uma insatisfação com o modo de vida urbano e propor uma outra forma de consumo, convívio social e relação com a natureza. No hemisfério sul, historicamente as hortas urbanas eram uma fonte de renda e subsistência nas periferias da cidade, enquanto seu papel ativista vem sendo visto somente anos mais recentes.

Podemos observar a agricultura urbana não como uma nova prática ou descoberta, e sim como algo que está se re-significando e assumindo novos papéis na sociedade contemporânea.

Atualmente, essa atividade vem assumindo um caráter mais associado à dimensões sociais, educativas e ambientais, como no caso das hortas comunitárias. Entretanto, elas não se resumem somente a isso. Em muitos lugares do mundo, também vêm sendo explorada a capacidade econômica da agricultura urbana, como uma forma inovadora, eficiente e ecológica de prover alimentos para as cidades.

Diante de um contexto de urbanização massiva, isolamento digital e individualismo, a Agricultura Urbana possibilita uma re-conexão com natureza, o estabelecimento de interações sociais entre a vizinhança e o fortalecimento da economia local, sendo inquestionáveis seus benefícios generalizados para a sociedade como um todo. Além disso, seu caráter resiliente permite a descentralização da oferta de serviços no setor alimentício, sendo um fator importante para o enfrentamento de crises. É a criação de uma nova cultura urbana que permite à população viver e não apenas trabalhar para sobreviver.

Pode-se dizer, portanto, que o futuro da agricultura urbana é uma combinação entre seu papel social, educativo e de lazer com o da produção ecológica, inovadora e eficiente de alimentos, gerando benefícios para a economia local. A prática elementar da jardinagem cotidiana associada a um movimento de inovação e cooperativismo cria novos mundos intermediários nunca antes explorados. Essa mistura do analógico com o digital é provavelmente o equilíbrio a ser alcançado para as cidades do futuro.

Esse estudo vai, portanto, inserir Porto Alegre no movimento global de cidades que estão mudando a forma de se relacionar com a natureza e o alimento. A área projetual escolhida servirá como um laboratório de experimentação, focado na inovação e inclusão social.

OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver um *plano estratégico* de agricultura urbana para a Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre (ZISPOA). Gerar formas alternativas de organizações econômicas e sociais, redes de colaboração, espaços compartilhados e participação social. Propor modelos alternativos de produção e consumo entre o campo e a cidade. Por fim, reinventar as práticas coletivas e os usos da cidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. CRIAÇÃO DE VÍNCULOS

indivíduo/ indivíduo - rompimento das barreiras do individualismo e isolamento

indivíduo/ comunidade - sentimento de pertencimento e coesão social

indivíduo/ natureza - bem-estar e reconexão

indivíduo/ alimento - saúde, soberania alimentar

2. DESPERTAR OS SENTIDOS

Jardins sensoriais e comestíveis criam micro-paisagens, como pequenos oásis urbanos, ambientes que oferecem vivências únicas aos usuários através de uma re-conexão com seus alimentos e com a sua terra.

3. ESPAÇOS CO-PRODUZIDOS

Espaços que envolvem a comunidade a participar e aos quais se somam programas complementares que estimulam a interação social como áreas de convivência, áreas para workshops, mesas compartilhadas, café e cozinha comunitária, playgrounds.

NOTAS ESPECIAIS

Se dará preferência a apropriação de zonas subutilizadas e/ou degradadas da cidade, a fim de promover a revitalização dos espaços por meio de iniciativas auto-geridas e independentes.

O estudo levará em consideração projetos relacionados a agricultura urbana já existentes na cidade, podendo ou não serem englobados na proposta final.

Ainda que o estudo aborde a escala *LOCAL*, suas propostas estão conectadas a conceitos que globalmente se mostram relevantes.

4. SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Ponto de encontro, participação e iniciativa social. O bairro como uma organização complexa, que acumula informações e por isso tem a capacidade de se adaptar e transformar. Em relação à seqüência: relações sociais - comunicação - consciência - associação - ação.

5. CICLOS FECHADOS

Nada se desperdiça, tudo se renova. O que veio da terra volta pra terra, através da prática da compostagem; à materiais não-recicláveis são atribuídas novas funções; a água da chuva é reutilizada e assim por diante.

6. SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

O contato com a terra garante a redução dos níveis de stress e ansiedade, além de ser uma atividade física. Além disso, estando o Brasil entre os 10 maiores consumidores de agrotóxicos do planeta, garantir alimentos orgânicos a população é uma necessidade.



“A horta é um antídoto que pode ser usado como um refúgio para o “eu exausto”, como descrito pelo sociólogo francês Alain Ehrenberg. A jardinagem diminui o ritmo das coisas e possibilita experiências com ciclos temporais de uma época diferente da história humana – a da sociedade agrária. A agricultura em pequena escala, que está sendo redescoberta em muitos jardins urbanos, é cíclica. Todos os anos, o ciclo começa novamente com a preparação do solo e o plantio das sementes. As pessoas que participam da lavoura estão expostas à natureza, às condições climáticas, às estações e aos ciclos do dia e da noite. Para os habitantes da cidade, cujas vidas virtuais ensinam que tudo sempre é possível ao mesmo tempo e, principalmente, que tudo pode ser controlado em qualquer momento, essas outras dimensões do tempo podem ser muito fascinantes. A jardinagem permite perceber que nós também estamos integrados em ciclos de vida e que “entregar-se” pode ter um efeito apaziguador.”

MÜLLER, Christa

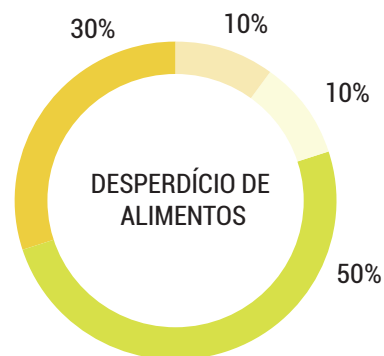
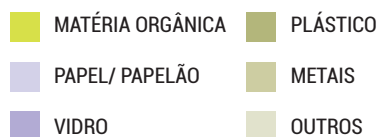
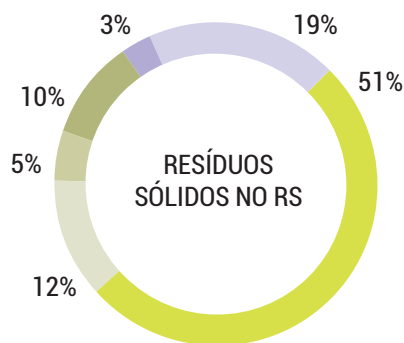
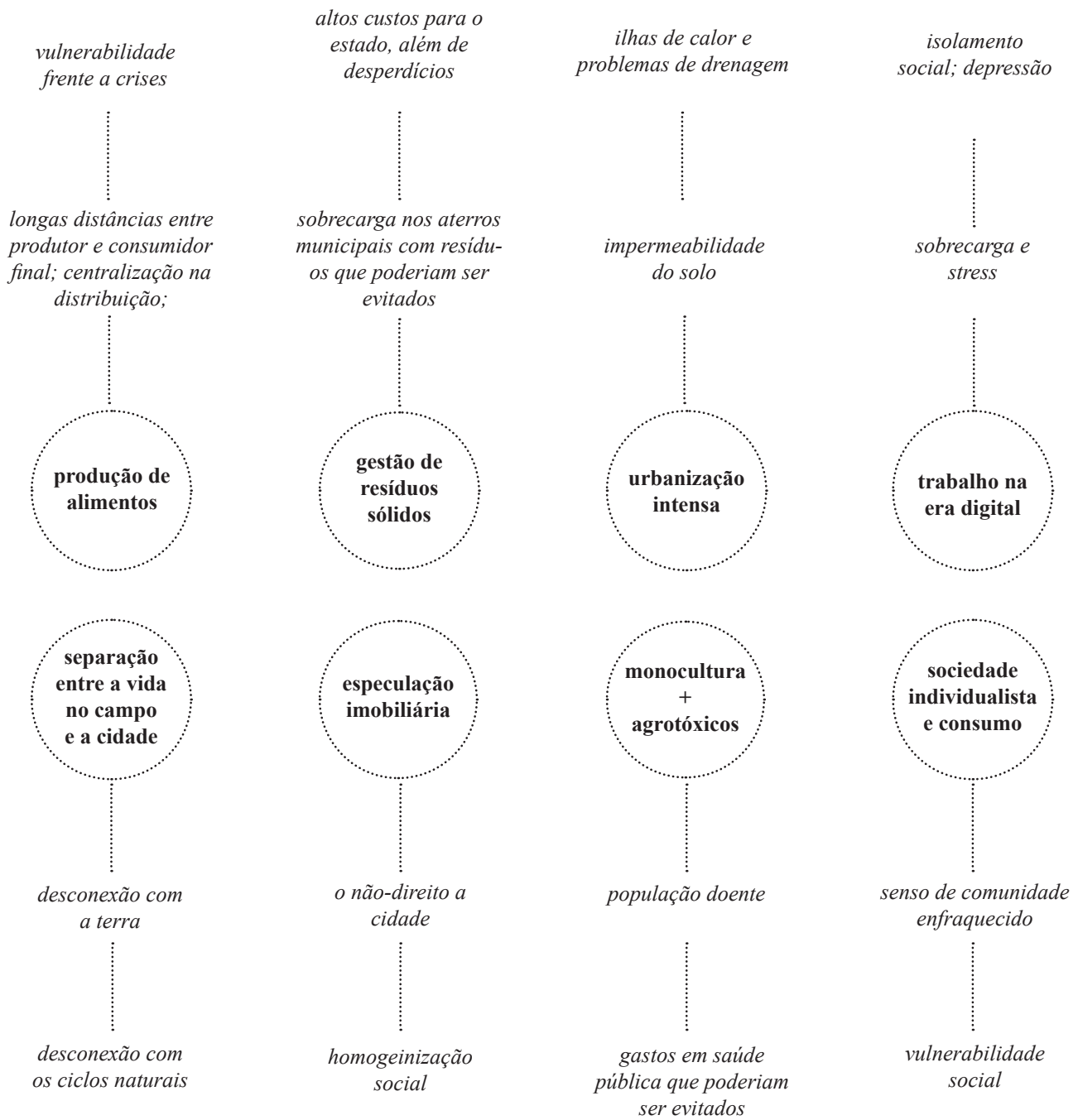
2. INVESTIGAÇÃO

aspectos relativos à contextualização do tema com o quadro contemporâneo atual



*trabalho e terapia,
Community Garden, Nova Iorque*

A PROBLEMÁTICA do estudo aborda as esferas social, ambiental, econômica, política e de gestão das cidades



fonte: IPEA

RESÍDUOS EM PORTO ALEGRE

Apenas na nossa cidade, são recolhidas cerca de 1500 toneladas de resíduos diariamente, sendo que 28% desses resíduos é reciclável, que poderia ser transformado em matéria prima para novos produtos, e 57% dos resíduos é a parcela orgânica (resto de alimentos, grama e poda), que poderia ser transformada em adubo, através da compostagem, para nutrir nossas plantas.

DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS

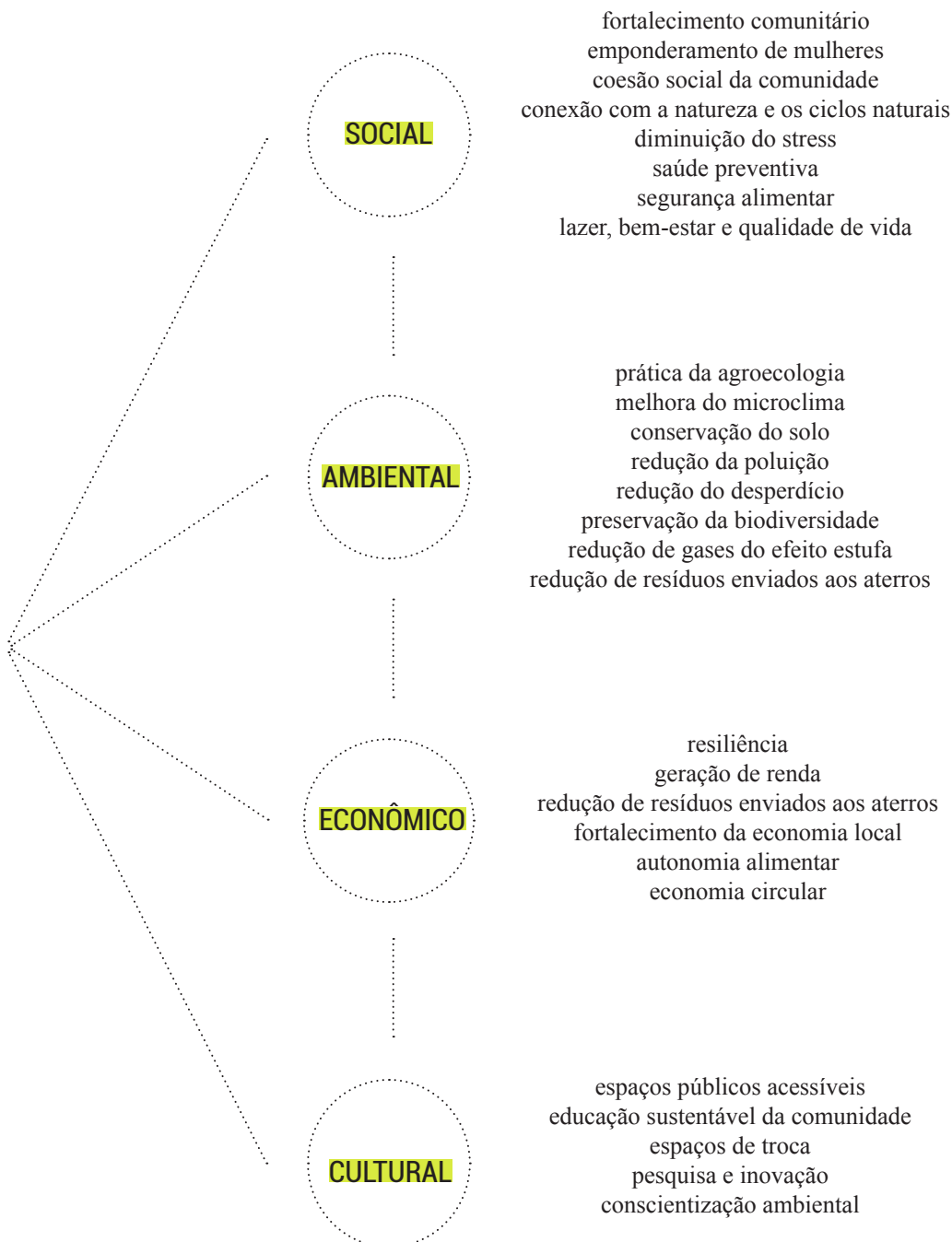
O Brasil está entre os 10 países que mais desperdiçam comida no mundo. Cerca de 35% de toda a produção agrícola vão para o lixo. Isso significa que mais de 10 milhões de toneladas de alimentos poderiam estar na mesa dos 54 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza.

SOBRE O TEMPO LIVRE

“Por meio da aceleração do tempo a um nível extremo, o capitalismo digital submeteu praticamente todos a um regime de eficiência cujo resultado é uma percepção do tempo determinada pela escassez e pela estressante necessidade de preencher o tempo com o máximo possível de utilidades. O tempo é “poupado”, horas de lazer são vistas com desconfiança e as fronteiras entre o trabalho e o tempo livre estão se tornando cada vez mais indistintas.”

No caminho inverso a toda problemática contemporânea, a Agricultura Urbana se fundamenta com base nesses quatro pilares:

SUS TENTA BILI DADE



O projeto de Lei nº 116/2018, aprovado em 7 de agosto de 2018, traz objetivos que se alinham aos propostos por este estudo, assim como aos de cidades referência nacionais e internacionais que já apresentam planos de agricultura urbana, como São Paulo e Montreal.

Abaixo, o documento completo disponibilizado pelo banco de dados do Processo Executivo, onde destaco as informações mais importantes a fim de contribuir para este estudo. Na página seguinte resumo os principais itens apresentados no documento.

Projeto de Lei nº 116 /2018

Poder Executivo

Institui a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º Esta lei institui a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Rio Grande do Sul, com a finalidade de promover a produção sustentável de alimentos no meio urbano e periurbano, visando à segurança alimentar e nutricional, inclusão social e produtiva e a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias.

§ 1º A Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana é um dos instrumentos da Política Agrícola do Estado do Rio Grande do Sul, devendo suas ações integrar os planos plurianuais, planos de safras e planos operativos anuais.

§ 2º A implantação da Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana deve se dar em consonância com as diretrizes estabelecidas pelos municípios em relação ao ordenamento e uso do solo, respeitando o pleno desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana.

§ 3º Por Agricultura Urbana entende-se o conjunto de atividades praticadas no intraurbano ou periurbano das cidades e integradas ao sistema ecológico-econômico, dentre as quais, o cultivo, a produção, a criação, processamento artesanal e a distribuição de uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares destinados para consumo próprio e abastecimento local ou regional, priorizando a utilização dos recursos humanos e materiais, produtos e serviços locais.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana:

I - ampliar as condições de acesso à alimentação e aumentar a disponibilidade de alimentos para o autoconsumo, trocas ou vendas do excedente em circuitos de cadeias curtas;

II - propiciar atividade ocupacional, terapêutica, recreativa e de lazer;

III - promover a saúde e o adequado estado nutricional, contribuindo para o combate da desnutrição;

IV - ampliar e qualificar os programas institucionais para os grupos de pessoas em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social;

V - promover a educação alimentar e nutricional e o aproveitamento integral de alimentos, visando a adoção de práticas alimentares e estilo de vida saudável;

VI - promover o trabalho familiar, comunitário, cooperativado, associativo e de empreendimentos de autogestão que compõem o setor da economia popular solidária e colaborativa;

VII - promover a Educação Ambiental;

VIII - promover a agroecologia e a produção de alimentos orgânicos;

IX - estimular o aproveitamento de resíduos orgânicos e de águas residuais e das chuvas; e

X - estimular o uso de imóveis públicos e privados priorizando a utilização de espaços ociosos e a recuperação de áreas degradadas.

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos estabelecidos neste artigo, o Poder Executivo poderá estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil.

Art. 3º A Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana será desenvolvida mediante cooperação com a União, o Estado e os Municípios, de acordo com suas autonomias e competências, tendo em vista o desenvolvimento sustentável e do bem-estar.

Art 4º São instrumentos da Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana:

I - o crédito e fundo de aval;

II - a atenção em saúde;

III - a educação, capacitação e profissionalização;

- produção agroecológica e sustentável de alimentos;
- atividade de lazer e inclusão social;
- saúde pública e educação alimentar;
- promover a educação ambiental;
- priorizar utilização de espaços ociosos;

- fontes de financiamento públicas e privadas;
- parceria com as universidades;
- parceria entre poder público e sociedade civil;
- educação, capacitação e assistência técnica;
- monitoramento da sociedade através de Comitê Gestor

IV - a pesquisa e extensão universitária;

V - a assistência técnica e extensão rural e social;

VI - a assistência socioassistencial; e

VII- o cooperativismo e associativismo.

Parágrafo único. Os instrumentos de que trata o *caput* deste artigo serão compatibilizados com outros instrumentos consignados nos institutos jurídicos, tributários e financeiros e dos entes federados, especialmente nos planos diretores e nas diretrizes gerais de uso e ocupação do território dos Municípios.

Art. 5º São beneficiários prioritários da Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana:

I - as pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional;

II - os usuários da Política de Assistência Social e de Saúde;

III - a Comunidade escolar;

IV - os artesãos; e

V - as hortas comunitárias.

Art. 6º A Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana será executada com recursos públicos e privados.

Parágrafo único. Constituem fontes de recursos desta política:

I - dotações orçamentárias do Estado e créditos adicionais que lhe forem destinados;

II - repasses da União;

III - recursos provenientes de contratos, convênios e outros ajustes celebrados com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;

IV - recursos do sistema público de financiamento estadual e federal, especialmente os destinados para população de baixa renda e microempreendedores;

V - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas; e

VI - outras fontes a ela destinadas.

Art. 7º A Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana será coordenada pela Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

Art. 8º A Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana dar-se-á de forma integrada, contemplando ações de segurança alimentar e nutricional, habitação, assistência social, saúde, educação, agricultura, geração de renda, formação profissional e proteção ambiental.

§ 1º A Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana contemplará programas, projetos e ações que poderão compor os Planos Plurianuais das Secretarias do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo; do Desenvolvimento Social, do Trabalho, Justiça e Direitos Humanos; da Agricultura, Pecuária e Irrigação; da Saúde; da Educação e de demais Secretarias de Estado e Órgãos da administração indireta de áreas afins.

§ 2º **A elaboração e a execução das ações** que compõem a Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana **serão monitoradas pela sociedade civil por meio de um Comitê Gestor paritário**, que será instituído por ato do Poder Executivo.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário a sua aplicação.

Art. 10. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Ao lado, uma vista do bairro Bom Fim, um dos mais densos da cidade e que faz parte da zona de intervenção desse estudo. Abaixo, iniciativas que promovem a agricultura urbana em Porto Alegre desde antes da aprovação da Política de Ag. Urbana e Periurbana.



Horta da Lomba do Pinheiro

A Horta nasceu em 2011, fruto de articulações comunitárias locais que apropriaram-se de um terreno de 2 hectares até então abandonado, tomado pelo mato e pelo lixo depositado clandestinamente. Posteriormente, este terreno foi cedido pela Prefeitura de Porto Alegre, conforme reivindicação da comunidade apresentada e aprovada nas assembleias do Orçamento Participativo. Após diversas ameaças, inclusive da construção de uma via passando diretamente no meio do terreno, a área atualmente encontra-se consolidada como espaço comunitário, mas ainda enfrenta diversas dificuldades nas questões de infra-estruturas básicas.

Horta Urbana Arado Velho

A horta, localizada no bairro Belém Novo, é um projeto desenvolvido em 2016 em uma área que estava abandonada e degradada, em frente a Escola Estadual Dr. Glicério Alves. O grupo ocupou o canteiro, revitalizando-o e transformando-o em um espaço de convívio social e cultivo de alimentos orgânicos, chás, flores e árvores frutíferas.

Horta Morro da Formiga

A horta ocupa o Morro da Formiga, hoje em dia denominado Escadaria da Rua João Manoel, um espaço tombado pelo patrimônio histórico da cidade e completamente abandonado e degradado.

Em parceria com os proprietários de um dos terrenos ao lado da Escadaria o grupo desenvolveu o projeto Horta da Formiga: Sabores e Saberes, o qual foi recentemente contemplado no Edital do Fundo Casa onde através de mutirões, eventos, oficinas, rodas de conversa e a implantação da coleta seletiva de resíduos para compostagem, será o ambiente para trocas de sabores e saberes com a comunidade vizinha do Centro Histórico



AHCCH

A Associação de Hortas Coletivas do Centro Histórico (AHCCH) tem como objetivo ocupar espaços ociosos da região central com Hortas e Jardins Comestíveis. O movimento foi o articulador da Horta do Morro da Formiga e há alguns anos está lutando por um terreno municipal chamado pelo grupo de *Jardim Secreto*. O terreno caracteriza-se por um interstício urbano, um miolo de quadra bastante amplo e iluminado localizado entre a Av. Loureiro da Silva e a Rua Cel. Genuíno. A associação vem pressionando a prefeitura alegando o espaço inutilizado e através de abaixo-assinados e outras manifestações a fim de que o terreno finalmente seja cedido.

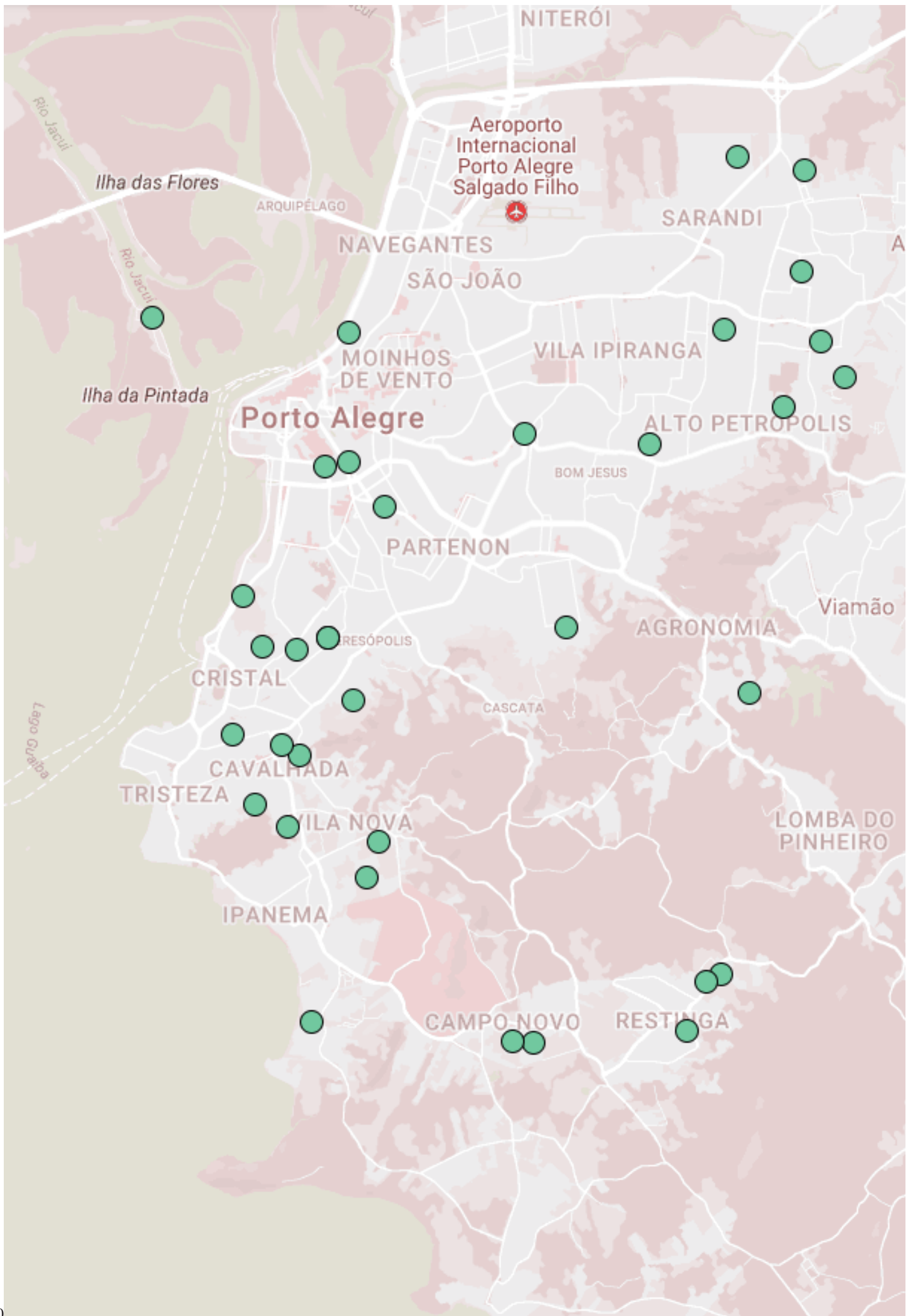
Espaço Floresta

O local é uma parceria do DMLU e da empresa Re-Ciclo, além de integrantes da Zona de Inovação Sustentável (Zispoa). O espaço contou com a instalação de uma composteira e de uma horta comunitária, que conta com o fornecimento de resíduo orgânico de 20 moradores dos bairros Floresta e Independência, cadastrados para a produção de hortaliças.

Re-CICLO POA

Fundada em 2016, a Re-ciclo se caracteriza como uma *empresa social* e tem como principal objetivo dar um destino sustentável e adequado àqueles resíduos que antes iam parar nos aterros. O serviço de compostagem funciona através da coleta residencial, pontos fixos de coleta através de estabelecimentos parceiros ou ainda a coleta de resíduos de grandes geradores, como restaurantes. Além disso, a empresa oferece workshops, palestras, cursos e oficinas pedagógicas, além de ser um agente positivo na causa das hortas urbanas, como o Espaço Floresta.

A Re-ciclo atualmente atende 23 bairros de POA, possui 150 clientes e já coletou cerca de 18 toneladas de resíduos residenciais e 20 toneladas de resíduos de empresas.



AS ESTAÇÕES INTEGRADAS

O projeto *Estações Integradas*, do DMLU, consiste em oferecer um “pacote” de horta e compostagem para instituições diversas que estejam interessadas. O objetivo principal do programa, que teve início em 2016, é reduzir o envio de resíduos sólidos que poderiam ser evitados aos aterros municipais.

Após o contato da instituição, a equipe de Coordenação e Gestão Ambiental do DMLU faz uma visita técnica ao local, verificando a viabilidade de inserir os equipamentos no terreno disponível. São instalados então um ou mais módulos de composteira, os quais são construídos com madeira reaproveitada proveniente das coletas seletivas; e um conjunto de canteiros, feitos a partir de tetos de paradas de ônibus, para a realização da horta.

São pensados também espaços de convivência ao ar livre, sempre com materiais reutilizados, como bancos de tocos de árvores cortadas. Além disso, o pacote também inclui o composto produzido na UTC Lomba do Pinheiro para o primeiro plantio da horta.

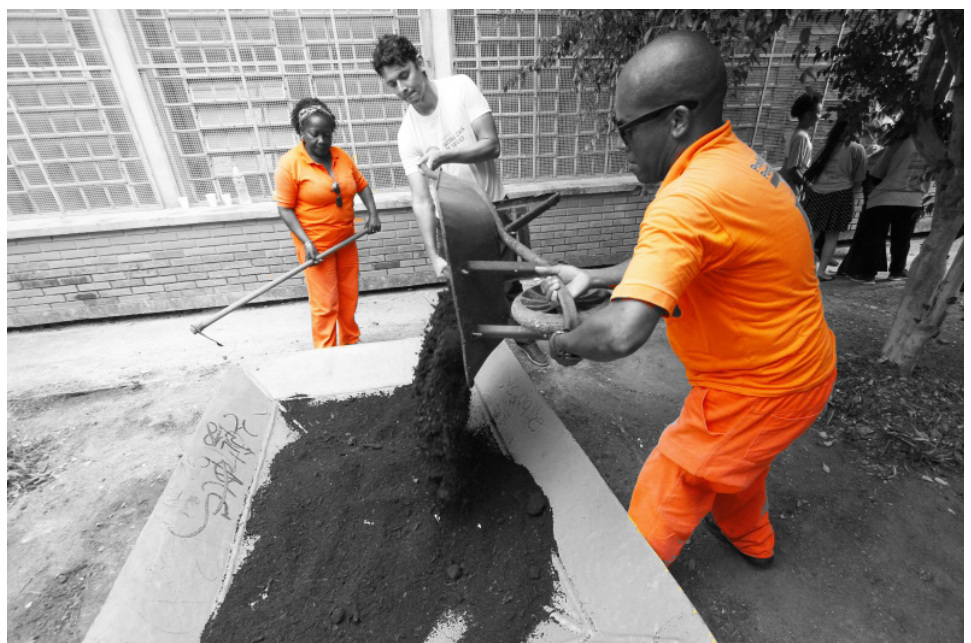
Segundo Patrícia Russo, responsável entrevistada, o programa é permanente. Com custos mínimos para a prefeitura, as *Estações Integradas* garantem uma melhor destinação aos resíduos não-recicláveis, além de incentivar a prática da compostagem, produção de alimentos e educação ambiental, contribuindo para uma cidade mais sustentável. Já existem cerca de 60 Estações Integradas espalhadas por toda a cidade.

O projeto das *Estações Integradas* será incorporado ao plano proposto nesse estudo, pois já cobre a demanda de um setor específico, a das instituições públicas, que inclusive apresenta uma procura crescente. O setor de Coordenação e Gestão Ambiental também apoia iniciativas da sociedade civil, como a de grupos e associações, porém por motivos de gestão e acesso a terra (questões que não competem ao DMLU) o programa de Estações Integradas não abrange essa demanda.

Em razão dessas barreiras administrativas, esse estudo vai propor modelos de gestão dos espaços coletivos e comunitários que possibilitem a parceria entre diversas entidades públicas e privadas, incluindo o DMLU.

À esquerda, um mapeamento das estações integradas existentes cujos endereços foram cedidos a mim pelo DMLU durante entrevista. As instituições são em maioria escolas estaduais e municipais, postos de saúde e centros sociais.

Observa-se que elas encontram-se predominantemente nas zonas periféricas da cidade, principalmente na zona sul. À direita, equipe do DMLU realizando a instalação de horta em instituição pública.





MONTREAL

{ jardins communautaires }

Montreal foi pioneira ao adotar, na década de 70, um Programa de Hortas Comunitárias em todos os bairros da cidade. O sistema alcançou uma grande capilaridade urbana, se tornando uma referência mundial. Variados modelos integram o sistema, como por exemplo jardins comestíveis, hortas, estufas e fazendas urbanas; sendo tanto comunitárias, institucionais ou mistas. A atividade protagonizada pela sociedade é também apoiada pelo poder público, pelas universidades, empresas sociais e associações voltadas a pesquisa e inovação. Diversas organizações sem fins lucrativos, pioneiras na agricultura urbana sustentável e inovadora, contam com instalações educacionais ensinando aos voluntários e à comunidade a importância da agricultura urbana.



NOVA IORQUE

{ NYC community gardens }

Mais de 500 jardins comunitários distribuídos por todos os 5 distritos da cidade somam cerca de 40 hectares de espaços públicos comunitários em NY. Os jardins, além de apresentarem diversos benefícios aos cidadãos, representam um ato de resistência frente a especulação imobiliária da cidade, encaixando-se entre arranha-céus ou em terrenos privilegiados de bairros valorizados.

Os jardins podem ser do tipo “little farms”, como é o caso das hortas comunitárias; “botanic gardens”, que têm um caráter mais ornamental/medicinal ou ainda uma combinação dos dois, conforme o interesse dos jardineiros voluntários. A popularidade dos jardins comunitários é tanta que é comum haver filas de espera de anos para ser membro voluntário de um jardim.

Organizações como a GreenThumb apoiam jardins e fazendas comunitárias com assistência técnica, workshops, programação e apoio material. Além disso, outras formas de agricultura urbana estão presentes na cidade, como as fazendas urbanas nos *rooftops*, que são uma fonte de renda que movimentam a economia local.

grandes metrópoles mundiais vem demonstrando que é possível incluir a agricultura urbana aos seus cotidianos



COLOMBES, PARIS

{ R-urban }

O programa *R-URBAN - Práticas e Redes de Resiliência Urbana* - propõe a criação reversível de uma série de equipamentos ecológicos e cívicos usando terras urbanas e rurais. A implementação dessas instalações promove o desenvolvimento de redes locais, curto-circuitos ecológicos, econômicos e sociais, além da transmissão de práticas colaborativas e de apoio (agricultura urbana, compostagem, reciclagem, etc.). Assim, através do desenvolvimento de práticas ecológicas e redes de solidariedade, os moradores se envolvem diariamente e mudam seus estilos de vida, abrigando e trabalhando de forma sustentável para um novo equilíbrio entre produção e consumo.

Em Colombes, um subúrbio de Paris, foi proposta a criação de uma rede de resiliência em torno de três unidades protótipo com funções urbanas complementares, sendo o *Agrocité* (agricultura), o *Recyclab* (reciclagem) e o *Animalab* (criação de animais).



MADRID

{ red de huertos comunitários }

A prefeitura de Madrid criou, em 2014, o *Programa Municipal de Huertos Urbanos Comunitarios*, que tem como objetivo apoiar a prática de agricultura urbana na cidade. Segundo a prefeitura, esse é um programa com objetivos múltiplos, já que além dos benefícios ambientais, as hortas são uma ferramenta para a educação sobre sustentabilidade, para fortalecer a relação entre a vizinhança e desenvolver projetos inclusivos.

Os terrenos são cedidos por um período de até 04 anos, sob algumas normas e boas práticas que assegurem os cultivos. A prefeitura oferece uma série de serviços de infra-estrutura para o início das atividades da horta, como a instalação de rede de água e sistema de rega por gotejamento, preparação do terreno, doação de composto, entre outros.

O programa englobou diversos tipos de hortas já existentes na cidade, como as institucionais e escolares, fazendo com que Madrid e suas mais de 200 hortas distribuídas pela cidade sejam referência na agroecologia urbana.

_mudando paradigmas

palavras que representam novos
conceitos a serem abordados no
estudo das cidades.

INFORMAL_ COSMOPOLÍTICA_ FEMINISTA_ INDISCIPLINADA_ CRÍTICA_ HÍBRIDA_ TRANSDISCIPLINAR_ TEMPORAL_ INCERTA_ SUSTENTÁVEL_ EXPERIMENTAL_ INCLUSIVA_ ESTRATÉGICA_ REATIVA_ EM REDE_ MÁGICA_ COLABORATIVA_ EMERGENTE_ REUTILIZADA_ DINÂMICA_ AFIRMATIVA_ AFETIVA_ INDEPENDENTE_ LÚDICA_ TRANSFORMÁVEL_ HUMANA_ PARTICIPATIVA_ INFORMACIONAL_ MÚLTIPLA_ VIRTUAL_ POLÍTICA



**A CIDADE
DO FUTURO**

COTIDIANA

*“ Preferimos charlar. Preferimos tomar el sol. Preferimos cuidar.
Preferimos dejarnos cuidar. Preferimos una larga sobremesa. Preferimos
olvidarlo todo. Preferimos leer las Cartas de París. Preferimos escuchar
música. Preferimos ir distraídos. Preferimos comprender. Preferimos
charlar una vez más. Preferimos hacer. Preferimos trabajar con las
manos. Preferimos estar bien pegados al suelo. Preferimos la utilidad.
Preferimos dejar volar la imaginación. Preferimos continuar descubrien-
do. Preferimos la ambigüedad... Preferimos charlar..
Lo cotidiano como soporte de lo razonable...Lo cotidiano como base de
la poesía... Lo cotidiano como antídoto contra el pensamiento único.
Entendemos lo cotidiano como el motor ineludible del proyecto específi-
co y particular...el ingrediente esencial para la acción política...”*

Eva Álvarez & Carlos Gómez

3. ESTRATÉGIA

aspectos relativos ao desenvolvimento do projeto e suas definições



*cena cotidiana em um jardim
comunitário em Berlim, Alemanha*

A ZISPOA

A Zona de Inovação Sustentável de Porto Alegre foi implementada em 2016 e tem como objetivo favorecer a promoção de *políticas públicas sustentáveis*, com relevância urbanística, ambiental e empreendedora. A área da Zispoa visa promover atividades voltadas à *inovação* e à *sustentabilidade*, incluindo educação ambiental, integração social e comunitária, empreendedorismo e incentivo ao uso de tecnologias e ações que contribuam para a redução de emissão de gases do efeito estufa.



“A Zispoa é um projeto piloto para Porto Alegre, que visa tornar a região amigável aos negócios, a partir da gestão participativa e colaborativa da comunidade e da promoção da sustentabilidade e da eficiência de recursos. Vamos agora trabalhar para que o novo Plano Diretor seja adequado a estas necessidades.”

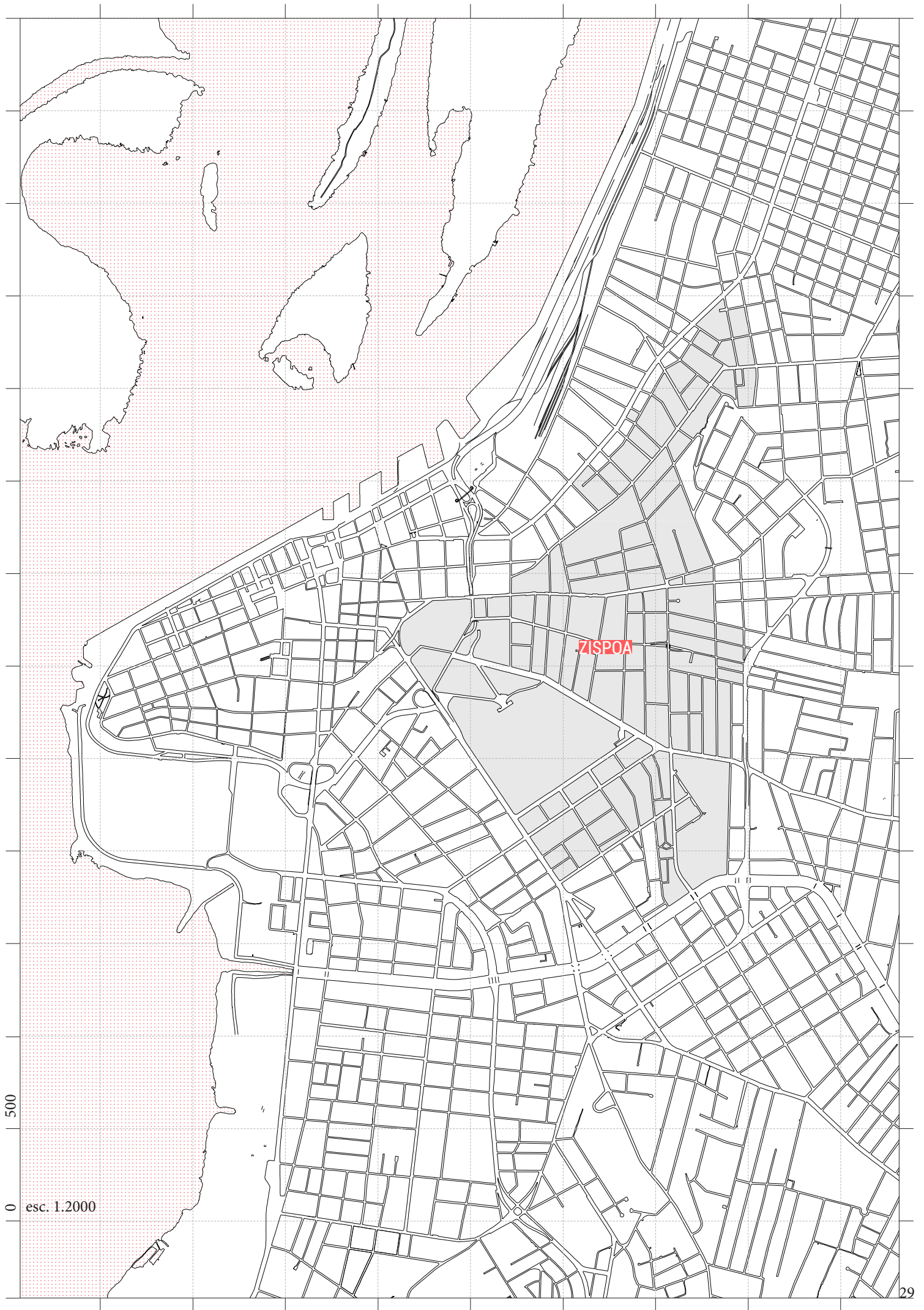
fonte: ZISPOA

PROJETOS DA ZISPOA PARA O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL (2020-2030)

Reconhecer a ZISPOA como unidade territorial do Plano Diretor, de forma que projetos e instrumentos especiais possam ser testados nela. A área referente à Zona de Inovação está definida na Lei Ordinária nº 12.381/2018 e suas diretrizes estão definidas no Art. 2º da referida lei. Sugere-se que esta seja uma forma de operacionalizar políticas de atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na forma de laboratório, também conhecido como Living Lab e pode ser incluída através da definição de uma Área Especial de Interesse Específico.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Visto que o principal agente ativo da agricultura urbana é a sociedade civil, o estudo buscou uma área da cidade que apresentasse uma conjuntura favorável às iniciativas comunitárias e participativas, além de políticas públicas de apoio a projetos que visam a sustentabilidade. A Zona de Inovação Sustentável pareceu ser um objeto de estudo interessante, pois ao menos tempo que apresenta fatores favoráveis, sua alta densidade e urbanização são grandes desafios na implementação da agricultura urbana. Por último, sua condição de centralidade, somada aos seus diversos equipamentos atratores fazem com que essa seja uma região altamente visada, com um público de passagem socialmente heterogêneo. Todas essas condições vão garantir a diversidade e multiplicidade do projeto, que apesar de estar localizado em uma região central e privilegiada, beneficiará usuários de todas as partes da cidade. O projeto deve atuar como um catalisador de sustentabilidade e cidadania, contagiando a cidade com uma rede de *eco-urbanidade* através da agricultura urbana.



ZISPOA

500
0 esc. 1.2000

MAPA COLABORATIVO

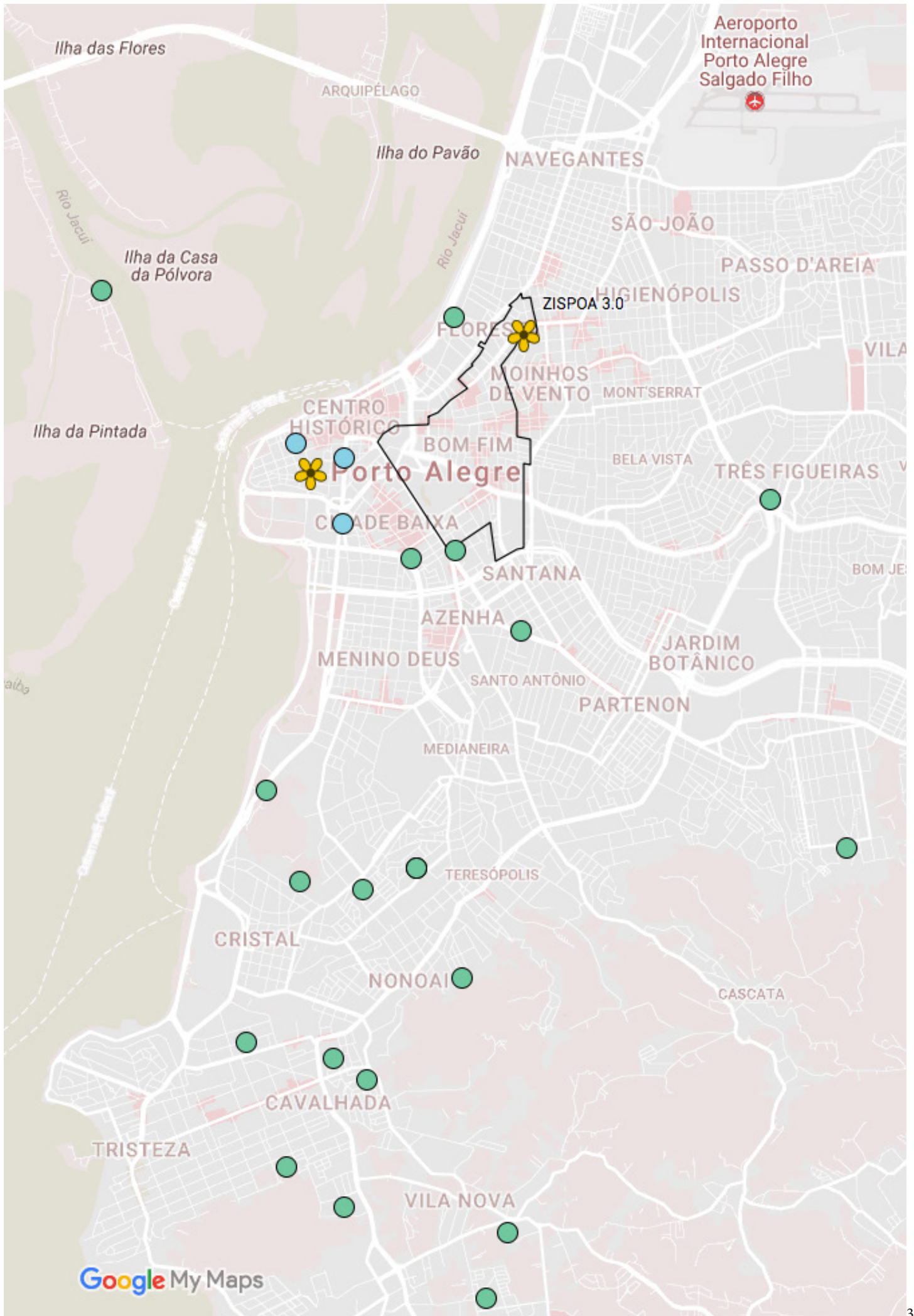
Um mapeamento de iniciativas relacionadas a agricultura urbana em Porto Alegre vem sendo realizado como fonte de dados quantitativos dos equipamentos já existentes na cidade. Foram mapeados os seguintes elementos:

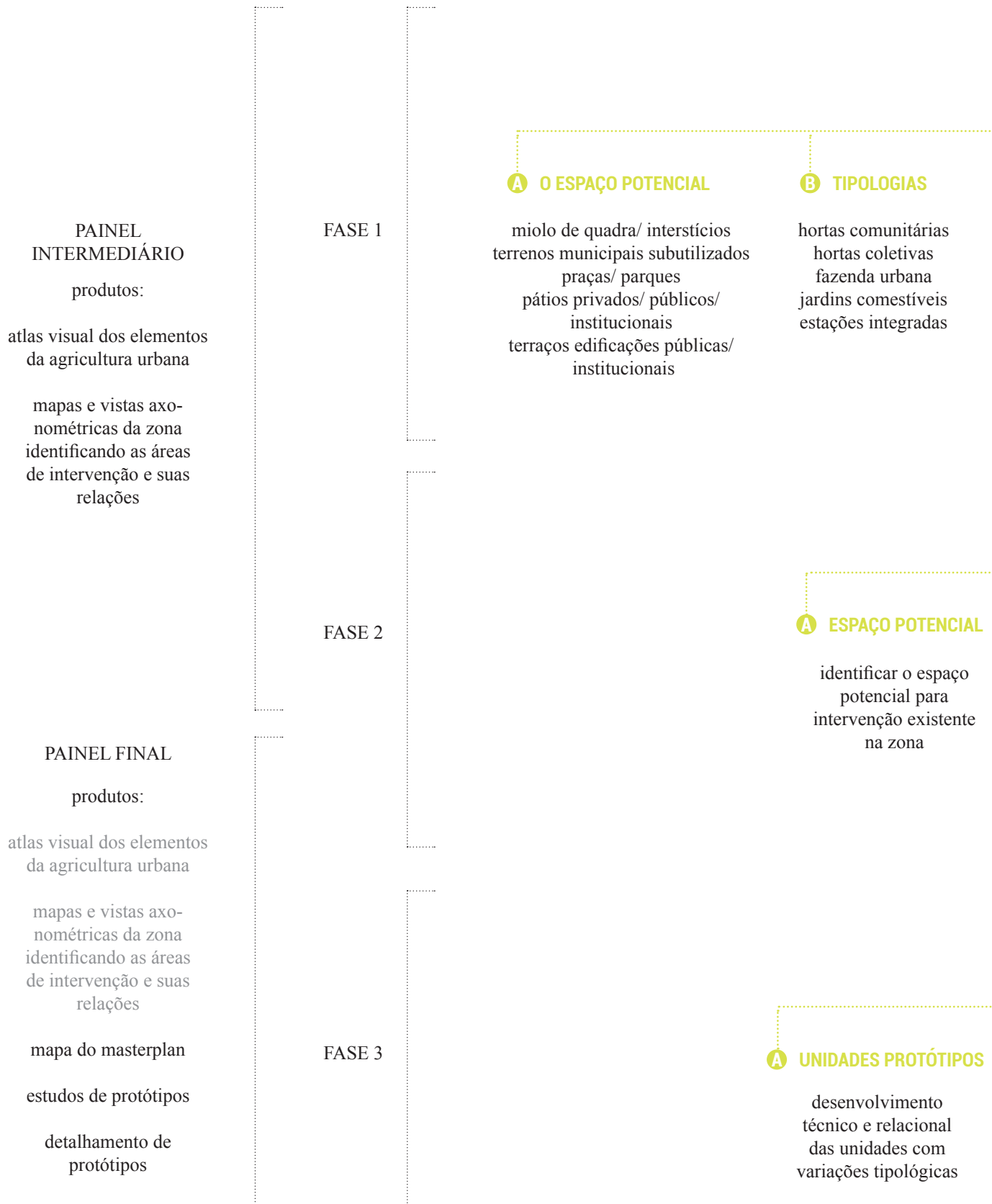
- a. hortas comunitárias existentes*
- b. espaços para hortas comunitárias em negociação*
- c. estações integradas do DMLU*
- d. hortas institucionais/privadas*
- e. feiras orgânicas*
- f. espaços cooperativos/auto-gestão*
- g. empresas relacionadas a AU*

A coleta de informações para o mapeamento continuará até a etapa final desse estudo, a fim de chegar-se ao maior número de iniciativas identificadas e devidamente localizadas.

Na etapa final do projeto, um cruzamento de dados do cenário atual existente com o da proposta do estudo será realizado a fim de conectar ambos cenários.

Por fim, o mapa será disponibilizado na web para acesso público e edição colaborativa.





1. TAXONOMIA (Substantivo Feminino; Ciência que se dedica à classificação; técnica de classificação, ou de distribuição sistemática em categorias)

{Olhar sistêmico e genérico; identificação e classificação dos diversos elementos que compõe a Agricultura Urbana}

C DESTINO

consumo próprio
compartilhamento
venda
merenda escolar
cozinha social

D TECNOLOGIA

agroecologia tradicional
canteiros elevados
hidroponia
estufas

E AGENTES

sociedade civil
universidades
poder público municipal
empresas sociais

F INSTRUMENTOS

identificação de instrumen-
tos urbanísticos de estímulo
e viabilização da agricultura
urbana

2. MASTERPLAN

{Olhar específico; *aterrizagem* na zona de estudo. Identificação de possíveis vetores da zona e elaboração de rede}

B VETORES

universidades
escolas
instituições públicas
empresas

C RELAÇÕES

estabelecer rede de relações
através da definição de
unidades protótipos com
funções urbanas complemen-
tares

D PLANO

definição do plano de ação;
com localizações e funções
definidas

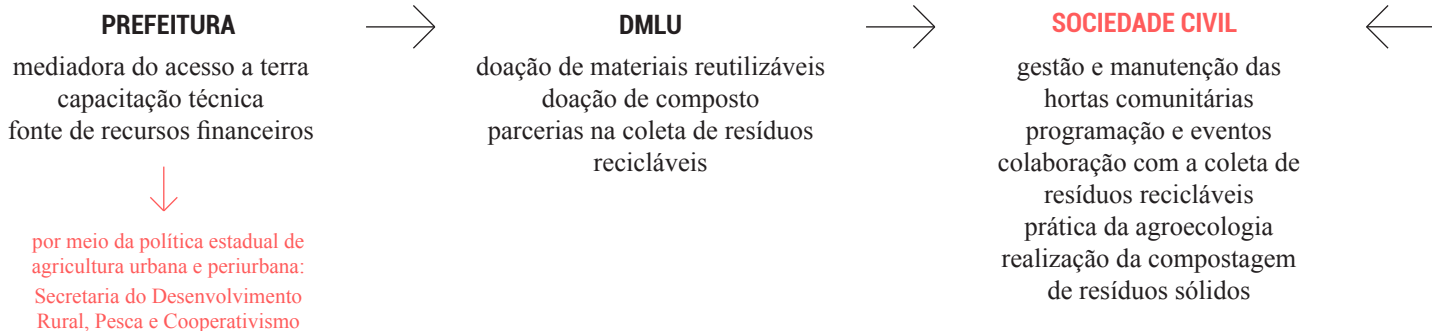
3. INFRA-ESTRUTURAS

{Desenvolvimento de infra-estruturas necessárias e de apoio as atividades das hortas}

B DETALHAMENTO

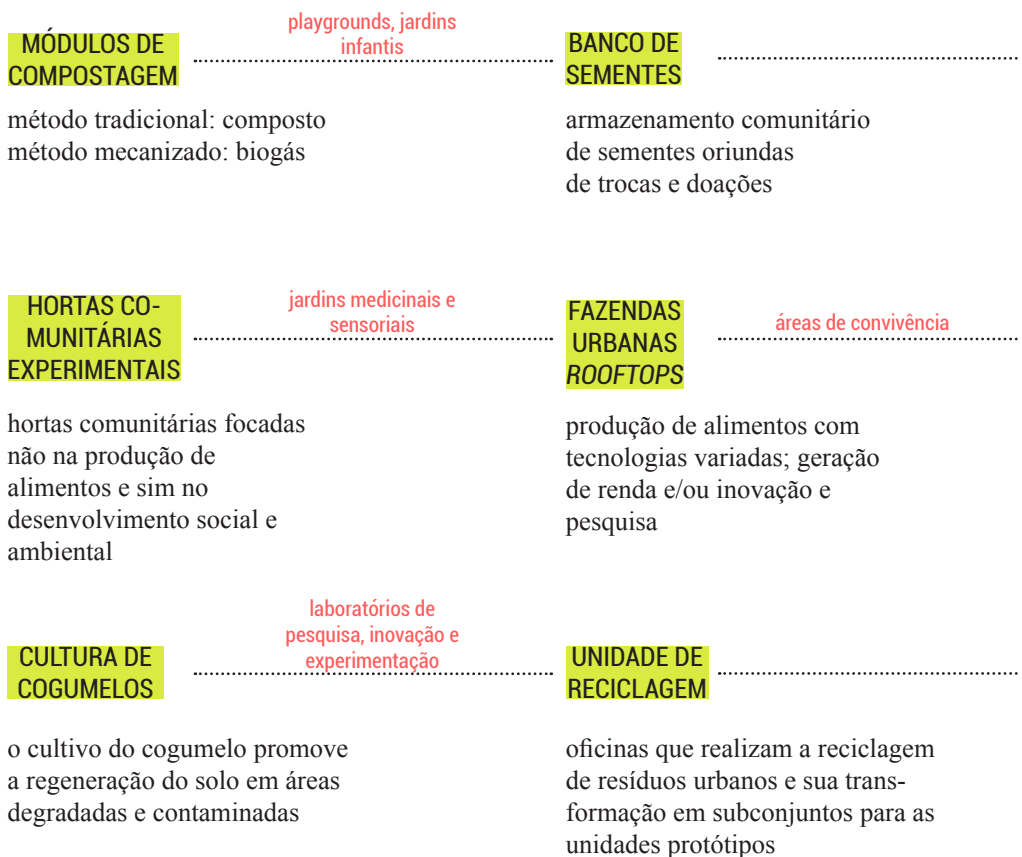
detalhamento técnico
das infra-estruturas

QUADRO DE AGENTES
ENVOLVIDOS NO PROJETO



PROGRAMA E DEMANDAS

A agricultura urbana trabalha com ciclos fechados, desde a produção até a eventual distribuição e comercialização. Com base nisto, foi elaborado o possível programa de elementos necessários para compor o ciclo, onde cada um exerce uma função essencial para o todo. O programa é composto por elementos principais e outros que servem de apoio às atividades das hortas, essenciais para o diálogo com o bairro e a cidade, além de serem atratores para públicos diversos.



FONTE DE RECURSOS

Conforme citado na lei nº 166/2018 da Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana, os recursos para as iniciativas de agricultura nas cidades provêm de diversos agentes, podendo ser eles: dotações orçamentárias do Estado; repasses da União; recursos provenientes de contratos, convênios e outros ajustes celebrados com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais; recursos do sistema público de financiamento estadual e federal, especialmente os destinados para população de baixa renda e microempreendedores; contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entre outras.

UNIVERSIDADES

inovação e pesquisa
hortas experimentais
envolvimento da comunidade universitária



EMPRESAS SOCIAIS

apoio e assistência
exploração de serviços comunitários

FEIRAS E MERCADOS

encontros e trocas entre a rede de cooperação da agricultura urbana

bancos, mesas, coberturas, palco

MÓDULOS MÓVEIS

módulos de produção móveis e efêmeros, a fim de promover educação e gerar transformações urbanas locais

PRODUÇÃO DE ENERGIA

geração de energia para abastecer as atividades dos espaços comunitários

plataformas digitais

ÁGUA DA CHUVA

protótipos de reaproveitamento de água da chuva para sistemas de irrigação por gotejamento e demais apoios.

COZINHAS COMUNITÁRIAS

cozinhas com fins sociais e comunitários, que envolvam o trabalho de voluntários e que usam os alimentos provenientes das hortas, doações e reaproveitamentos

café e lojinha

CRIAÇÃO DE ANIMAIS

inserção animal na agricultura urbana através de colmeias e galinheiros

*“O novo movimento de
jardinagem é jovem, colorido e
socialmente heterogêneo”*

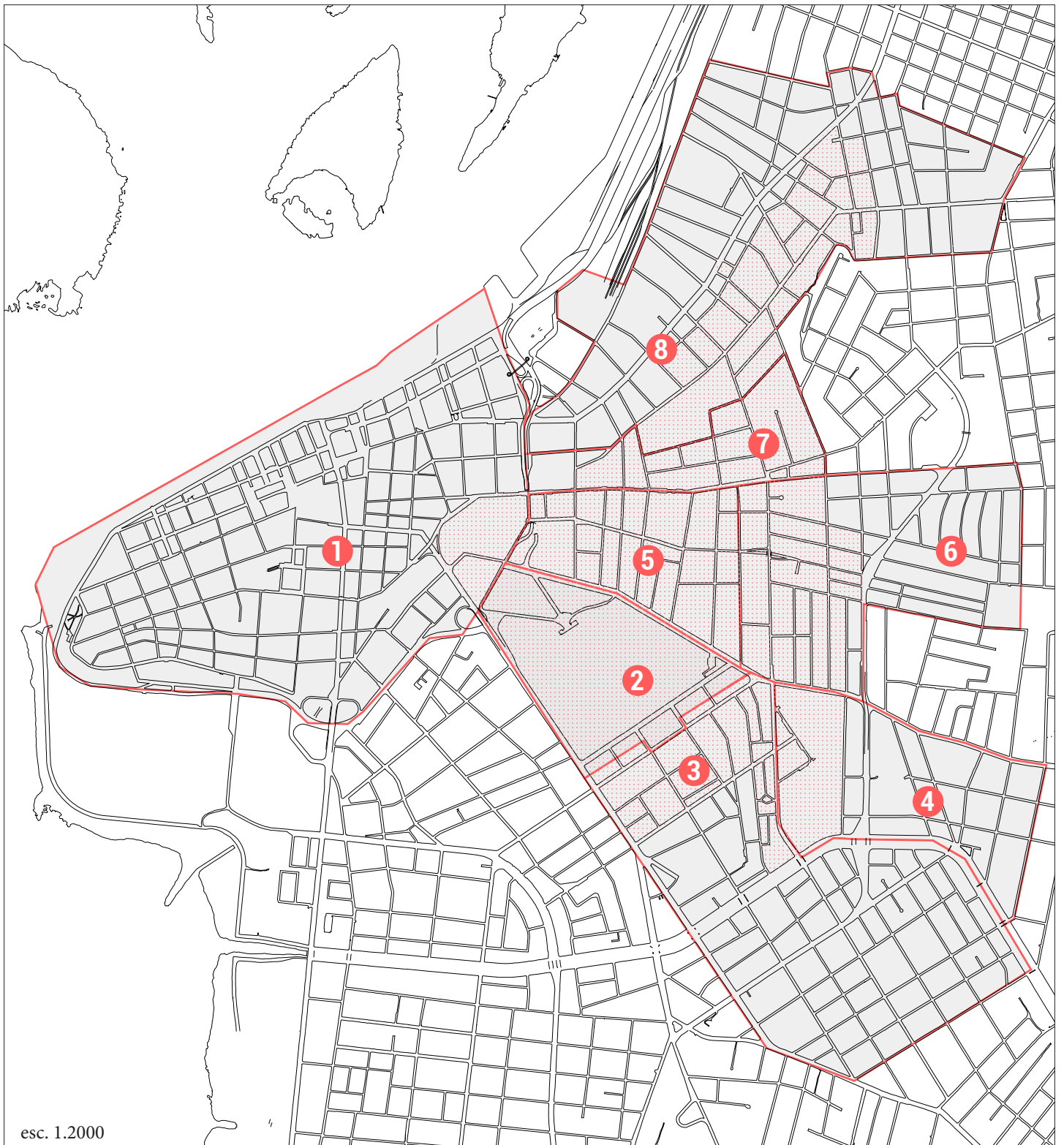
MÜLLER, Christa

4. VISÕES

levantamento de dados relativos a zona e seus condicionantes legais



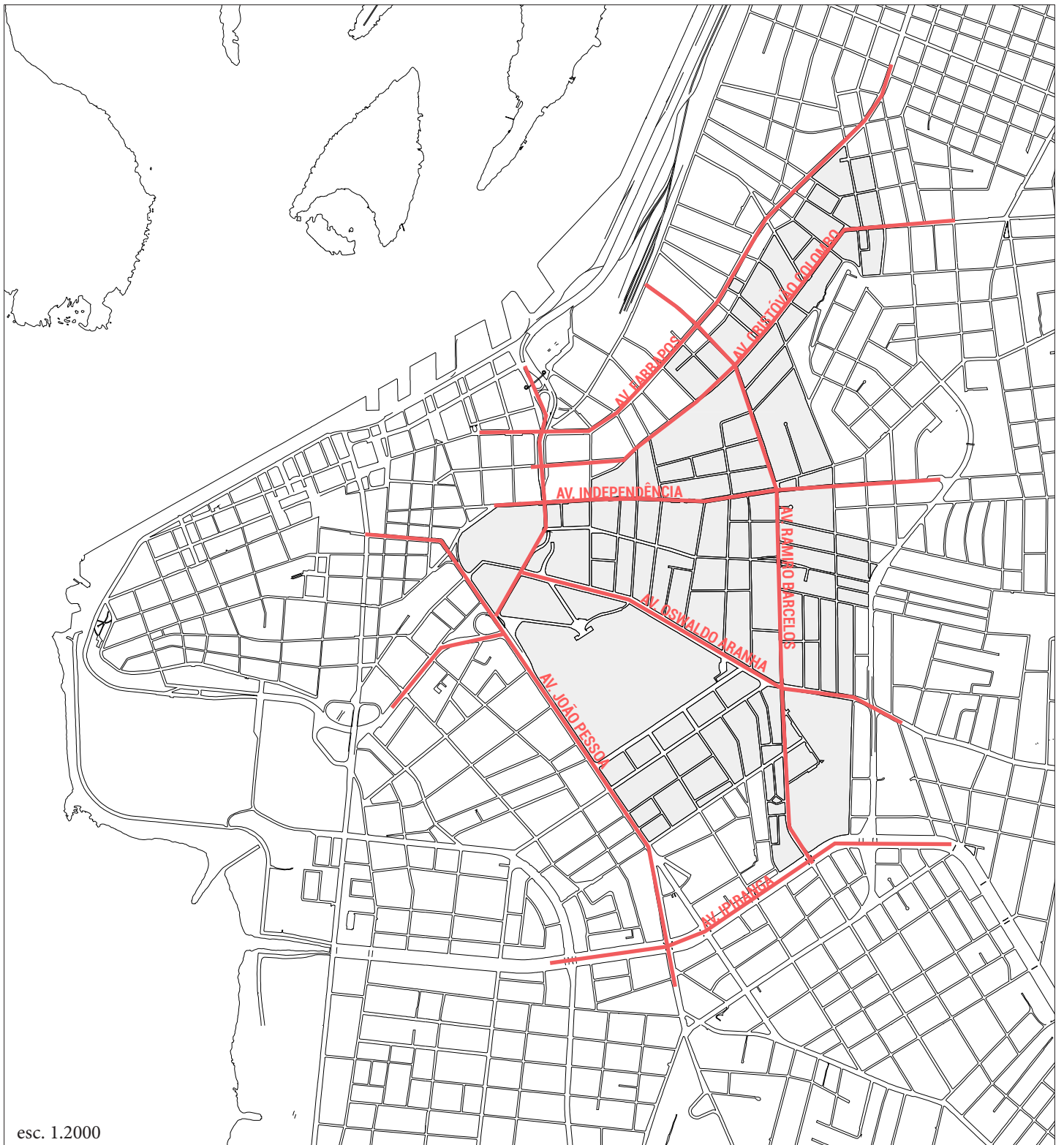
dia de colheita em Montreal



- 1 Centro
- 2 Farroupilha
- 3 Santana
- 4 Santa Cecília
- 5 Bom Fim
- 6 Rio Branco
- 7 Independência
- 8 Floresta

BAIROS

A área de estudo engloba parte do território de 08 bairros centrais de Porto Alegre, sendo uma das zonas mais estruturadas da cidade. Os bairros Bom Fim e Independência são os que apresentam maior densidade populacional. Além disso, a área conta com equipamentos importantes na escala metropolitana, como hospitais, universidades, parques e comércio informal.



SISTEMA VIÁRIO

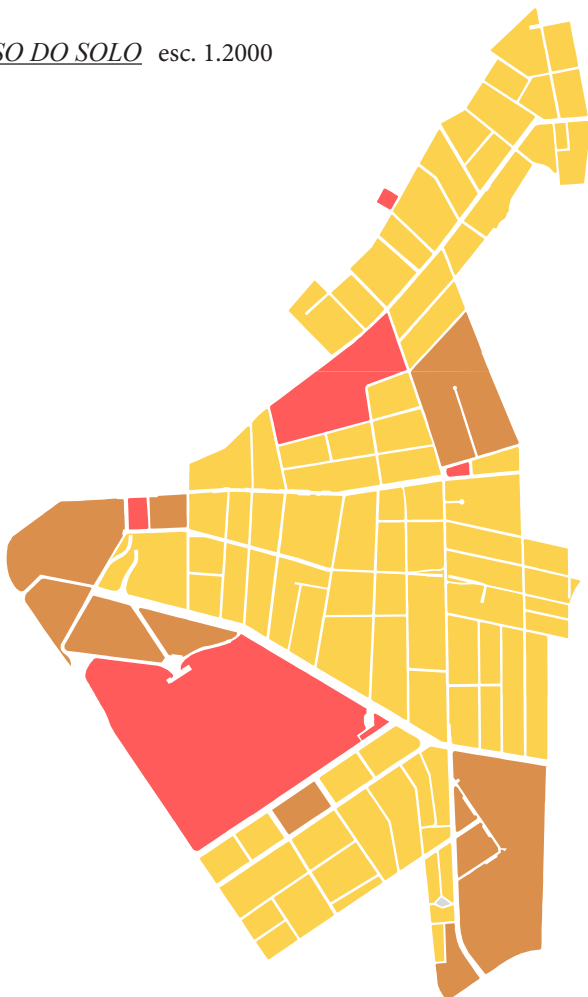
Vias arteriais de grande importância no contexto metropolitano cruzam ou tangenciam a área de estudo. Por localizar-se adjacente a borda da cidade e muito próxima ao centro, o fluxo de veículos, transporte público e pedestres é bastante intenso.

MORFOLOGIA esc. 1.2000



Sua morfologia apresenta um grão compacto e de alta densidade, com exceção de alguns grandes equipamentos públicos e institucionais e vazios de áreas verdes.

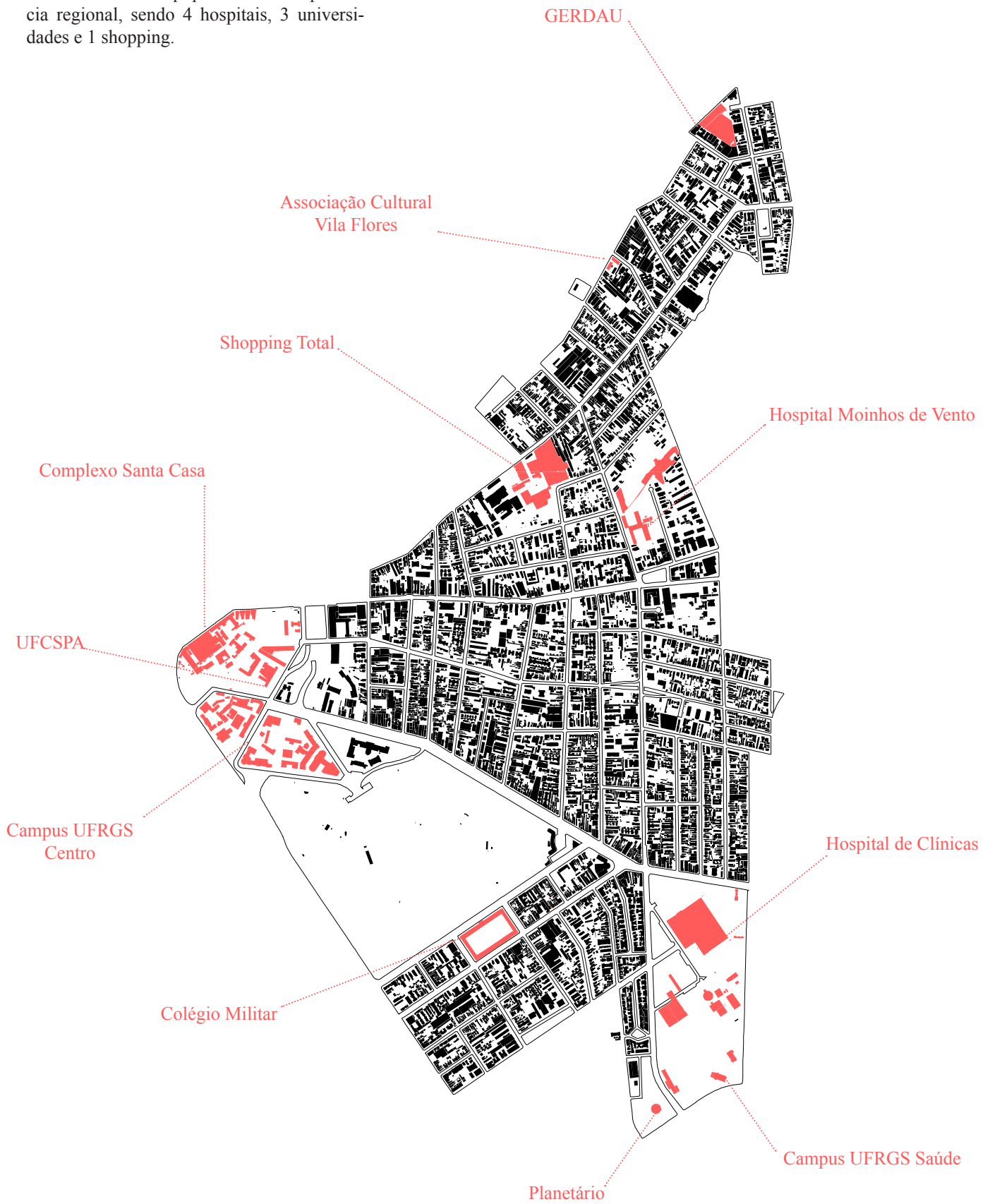
USO DO SOLO esc. 1.2000

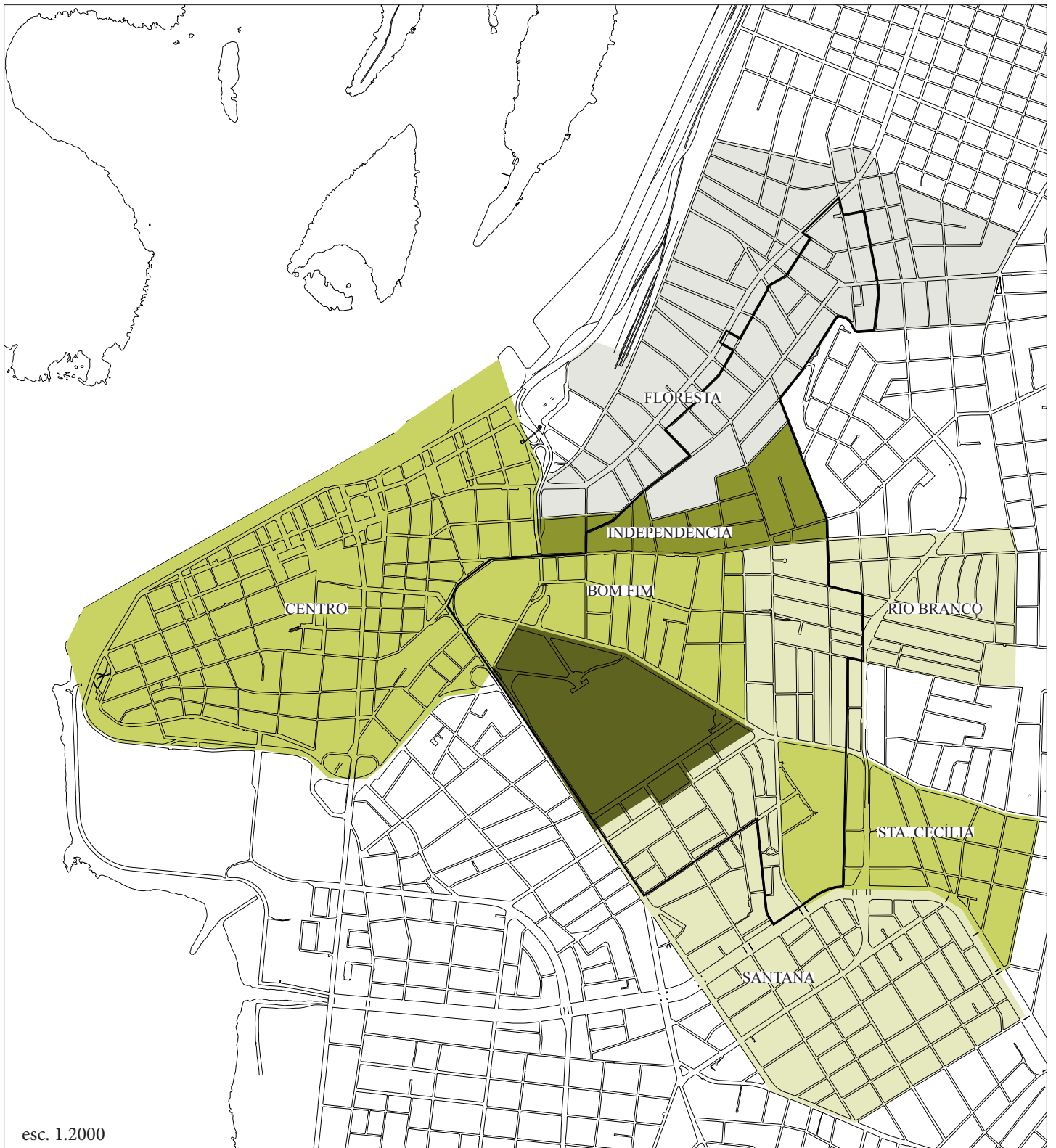


- uso local: predominantemente residencial
- uso regional: pólo de atração turística, cultural, institucional
- uso regional: pólo de atração de comércios e serviços

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS esc. 1.1000

A área conta com equipamentos de importância regional, sendo 4 hospitais, 3 universidades e 1 shopping.





ÍNDICE DE ÁREA VERDE

(m²/hab)

- até 2,5
- de 2,5- 5
- de 5- 10
- mais de 10
- parque

PARÂMETROS

- 12m²/ hab
Mínimo recomendado pela OMS
- 15m²/ hab
Mínimo recomendado pela Sociedade Brasileira de
Arborização Urbana (SBAU)
- 14,78m²/ hab
Média geral de Porto Alegre

LEIS FEDERAIS**Estatuto da Cidade · Lei nº 10.257/2001**

Art. 32 § 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

Art. 43 Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

II – debates, audiências e consultas públicas;

IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

Art. 45 Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.

Política Nacional de Resíduos Sólidos · 12.305/2010

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

PLANO DIRETOR

Macrozona 1 – Cidade Radiocêntrica: engloba o território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a III Perimetral, constituindo a área mais estruturada do Município, com incentivo à miscigenação e proteção ao patrimônio cultural;

3º **Corredor de Urbanidade** é o espaço urbano que envolve parcialmente os Bairros Cidade Baixa, Bom Fim, Independência e Navegantes, com características de uso semelhantes às dos Corredores de Centralidade, diferenciando-se, entretanto, pela presença de Patrimônio Cultural a ser valorizado e pela necessidade de investimentos públicos e privados que propiciem a interação social.

5. REFERÊNCIAS

LIVROS

HASENACK, Heinrich et al. (Coord.). - **Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre: Geologia, Solos, Drenagem, Vegetação/Ocupação e Paisagem**. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2008. 84 p.

MENEGAT, Rualdo. **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 1998

TESES

OLIVEIRA, Lya Cyntia Porto de. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana : São Paulo, Montreal e Toronto** / Lya Cyntia Porto de Oliveira. São Paulo, 2017

ARTIGOS

GABIATTI, Naiana Cristine. **Compostagem de resíduos sólidos urbanos: diagnóstico da situação no rio grande do sul e contribuição ambiental**. Porto Alegre, 2016

Maria Rosália Guerreiro, « **Interstícios urbanos e o conceito de espaço exterior positivo** », Forum Sociológico [Online], 18 | 2008, posto online no dia 19 Julho 2012, consultado o 30 Março 2018.
URL : <http://journals.openedition.org/sociologico/218> ; DOI : 10.4000/sociologico.218

LEITURAS DIGITAIS

MÜLLER, Christa. **Plante você mesmo**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 09, página 112 - 119, 2016.

LEIS e PLANOS

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.116/2018, 7 de agosto de 2018. **Política Estadual de Agricultura Urbana e Periurbana no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2018

PORTO ALEGRE. Lei Complementar n. 434, de 1º de dezembro de 1999. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental**. Porto Alegre, 1999.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Brasília, 2001.

DMLU/PMPA. 2013. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**

OUTROS

<http://r-urban.net>

<http://www.au-lab.ca>

<https://greenthumb.nycgovparks.org>

6. ANEXOS

Ano Semestre	Atividade de Ensino	Turma	Conceito	Situação	Créditos
2018/1	URBANISMO IV	B	B	Aprovado	7
2017/2	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO B	U	A	Aprovado	4
2017/2	URBANISMO III	C	A	Aprovado	7
2017/2	PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA	A	A	Aprovado	4
2017/2	LEGISLAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NA ARQUITETURA	U	A	Aprovado	2
2017/2	CLIMATIZAÇÃO ARTIFICIAL - ARQUITETURA	U	B	Aprovado	2
2017/2	PRÁTICAS EM OBRA	C1	B	Aprovado	4
2016/1	MORFOLOGIA E INFRAESTRUTURA URBANA	A	B	Aprovado	4
2016/1	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO A	U	B	Aprovado	4
2016/1	PROJETO ARQUITETÔNICO V	A	C	Aprovado	10
2016/1	ACÚSTICA APLICADA	A	B	Aprovado	2
2016/1	ECONOMIA E GESTÃO DA EDIFICAÇÃO	A	B	Aprovado	4
2015/2	ESTRUTURAS DE AÇO E DE MADEIRA A	U	C	Aprovado	4
2015/2	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO C	A	B	Aprovado	4
2015/2	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS A	U	A	Aprovado	4
2015/2	PROJETO ARQUITETÔNICO IV	A	B	Aprovado	10
2015/2	URBANISMO I	A	B	Aprovado	6
2014/1	ANÁLISE DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS	U	C	Aprovado	4
2014/1	TÉCNICAS DE EDIFICAÇÃO B	U	C	Aprovado	4
2014/1	PROJETO ARQUITETÔNICO III	D	A	Aprovado	10
2014/1	TEORIAS SOBRE O ESPAÇO URBANO	A	A	Aprovado	4
2014/1	HABITABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	B	B	Aprovado	4
2013/2	EVOLUÇÃO URBANA	B	A	Aprovado	6
2013/2	ESTABILIDADE DAS EDIFICAÇÕES	U	B	Aprovado	4
2013/1	RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS PARA ARQUITETOS	B	A	Aprovado	4
2013/1	PROJETO ARQUITETÔNICO I	B	A	Aprovado	10
2013/1	DESENHO ARQUITETÔNICO III	D	B	Aprovado	3
2013/1	TÓPICOS ESPECIAIS EM INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO I - C	A	A	Aprovado	2
2013/1	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS A	B	A	Aprovado	2
2013/1	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS PREDIAIS B	A	C	Aprovado	2
2012/2	MECÂNICA PARA ARQUITETOS	A	B	Aprovado	4
2012/2	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE III	B	B	Aprovado	2
2012/2	ARQUITETURA NO BRASIL	A	A	Aprovado	4
2012/2	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA I	B	C	Aprovado	2
2012/2	PROJETO ARQUITETÔNICO I	A	D	Reprovado	10
2012/2	DESENHO ARQUITETÔNICO II	B	A	Aprovado	3
2012/2	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA II	A	B	Aprovado	3
2012/1	CÁLCULO E GEOMETRIA ANALÍTICA PARA ARQUITETOS	U	C	Aprovado	6
2012/1	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE II	A	B	Aprovado	2
2012/1	LINGUAGENS GRÁFICAS II	B	B	Aprovado	3
2012/1	DESENHO ARQUITETÔNICO I	B	B	Aprovado	3
2012/1	INFORMÁTICA APLICADA À ARQUITETURA I	B	A	Aprovado	3
2012/1	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO II	C	A	Aprovado	9
2012/1	PRÁTICAS SOCIAIS NA ARQUITETURA E NO URBANISMO	A	A	Aprovado	2
2011/2	HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DA ARTE I	A	A	Aprovado	2
2011/2	LINGUAGENS GRÁFICAS I	A	C	Aprovado	3
2011/2	GEOMETRIA DESCRITIVA APLICADA À ARQUITETURA	C	B	Aprovado	4
2011/2	MAQUETES	A	C	Aprovado	3
2011/2	TÉCNICAS DE REPRESENTAÇÃO ARQUITETÔNICA	C	B	Aprovado	3
2011/2	INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO I	C	A	Aprovado	9

ATIVIDADES LIBERADAS

Ano Semestre	Atividade de Ensino	Considera Créditos	Créditos
2015/2	TEORIA E ESTÉTICA DA ARQUITETURA II (ARQ01012)	Sim	2
2015/2	URBANISMO II (ARQ02003)	Sim	7
2016/2	PROJETO ARQUITETÔNICO VI (ARQ01016)	Sim	10
2017/2	TÉCNICAS RETROSPECTIVAS (ARQ01018)	Sim	4
2017/2	PROJETO ARQUITETÔNICO VII (ARQ01020)	Sim	10



INTRODUÇÃO AO PROJETO ARQUITETÔNICO II

2012/1 - Tarcísio Antônio da Luz Reis
Proposta de residência unifamiliar.



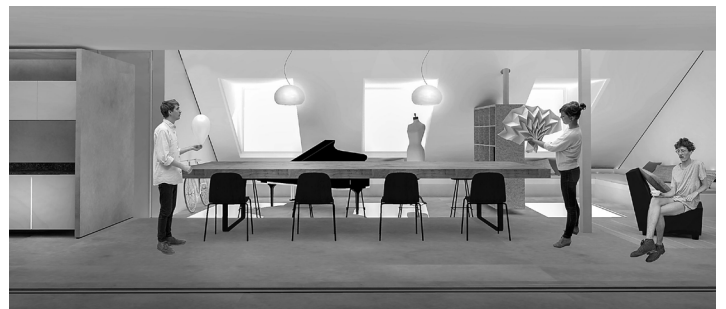
PROJETO ARQUITETÔNICO I

2013/1- Luís Henrique Haas Luccas
Proposta de residência unifamiliar.



URBANISMO 5

EHU/UPV - ETSASS, San Sebastián, País Vasco, Espanha
2014/2- Javier Salazar
Equipe: Annie de Oliveira, Francisco Dimas e Thais Andorffy
Proposta de requalificação do bairro Zabala, Bilbao, Espanha



PROJETO ARQUITETÔNICO IV

2015/2- Marta Peixoto
Proposta re-arquitetura na Associação Cultural Vila Flores



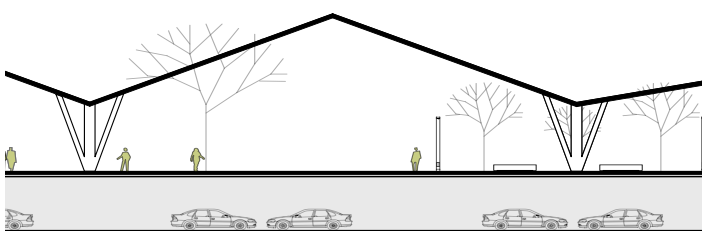
PROJETO ARQUITETÔNICO II

2013/2- Rufino Becker
 Proposta de Centro Cultural e re-qualificação paisagística em um setor do Parque Farroupilha, Porto Alegre.



PROJETO ARQUITETÔNICO III

2014/1- Renata Ramos Santiago e Douglas Aguiar
 Proposta de complexo uso misto na Cidade Baixa



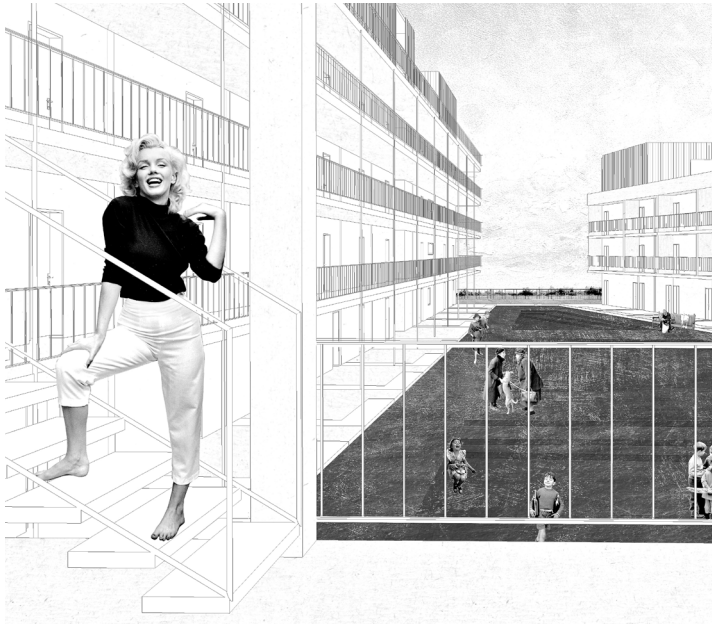
URBANISMO I

2015/2- Lívia Piccinini
 Equipe: Bianca Wu, Mariana Dutra e Thaís Andorffy
 Proposta de requalificação do Largo da Epatur, Porto Alegre



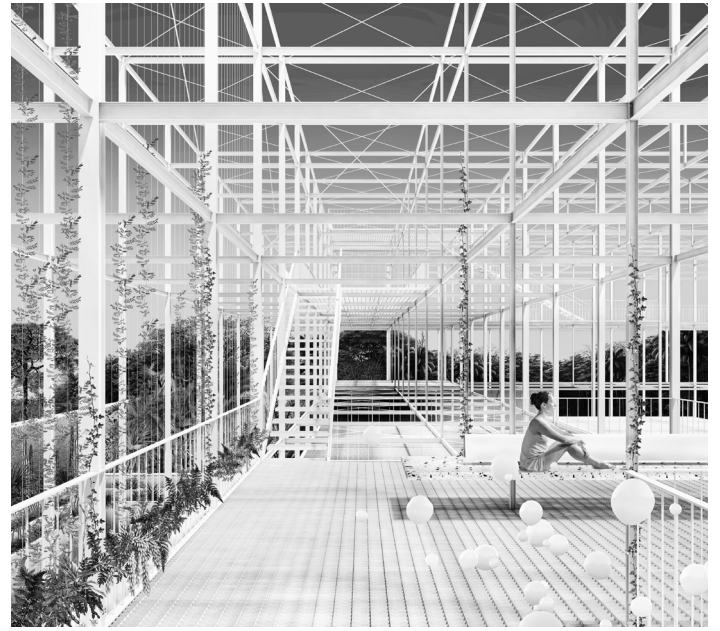
PROJETO ARQUITETÔNICO V

2016/1- Luís Carlos Macchi
 Proposta de Estação Intermodal FIERGS



ANTEPROYECTO 3

FADU-UDELAR, Montevideo / TALLER DANZA
 2016/2- Alexis Arbelo, Diego Pérez e Emilio Magnone
 Equipe: Thaís Andorffy e Maurício Schavinski
 Proposta de Complexo de Uso Misto no bairro industrial
 La Aguada, Montevideo.



TEMA ESPECÍFICO

FADU-UDELAR, Montevideo / TALLER SCHEPS
 2017/1- Maurício López e Pancho Magnone
 Equipe: Thaís Andorffy e Francisco Nuñez
 Proposta de Reativação no Museu Nacional de Artes
 Visuais, em Montevideo.



URBANISMO 3

2017/2- Leandro Andrade, João Rovatti, Eugênia Kuhn
 Equipe: Augusto Tumelero, Ana Carolina Thomé Lutz,
 Bruna Brillmann, Thaís Andorffy
 Proposta de Intervenção na cidade de Barra do Ribeiro, RS.



URBANISMO 4

2018/1- Gilberto Cabral, Heleniza Campos, Geisa Rorato
 Equipe: Bruna Brillmann, Matheus Lemos, Phillippo Chies,
 Thaís Andorffy
 Proposta de Intervenção no entorno da rodoviária de
 Porto Alegre



PROYECTO URBANO AVANZADO

FADU-UDELAR, Montevideo / TALLER DANZA

2017/1- Diego Capandeguy e Serrana Robledo

Proposta de Intervenção Utópica da Bacia do Rio Santa Lucía, Uruguay.



AGROPOA_TCC 2018.2
THAÍS T. ANDORFFY